

Família e escola na promoção do desenvolvimento humano em Angola: olhar as desigualdades sociais

*Familie and schools in promoting human development in Angola: looking at social
inequalities*

*Familia y escuela en la promoción del desarrollo humano en Angola: una mirada a las
desigualdades sociales*

Arminda Chilembo¹

Instituto Superior Politécnico Humanidades e
Tecnologias Ekuikui II, Huambo, Angola
armindachilembo87@gmail.com

Resumo

Nos últimos tempos, Angola enfrenta o desafio de reduzir as desigualdades sociais que estão associadas a vários sectores da sociedade, em parceria com as organizações não governamentais, para promover o desenvolvimento sustentável. O presente artigo pretende analisar e compreender o papel da família e da escola em Angola como instituições fundamentais na promoção, desenvolvimento humano e na redução das desigualdades sociais, com o propósito de identificar os desafios e apresentar parâmetros, eficazes para minimizar as desigualdades. A família e a escola, como instituições sociais que convivem directamente com o processo de desenvolvimento do ser humano e posteriormente sua acção na sociedade, são representadas como um meio de socialização e influência positiva para a promoção da cidadania, melhorando o desenvolvimento social, psicoemocional e profissional do indivíduo e contribuem para uma sociedade menos desigual, com parâmetros de inclusão e equidade bem definidos. A escola é responsável por transmitir conhecimentos técnicos, científicos e humanísticos que visam preparar os indivíduos para o exercício da cidadania. Para o desenvolvimento deste artigo, utilizou-se a metodologia qualitativa, baseada na revisão de literatura de artigos científicos nacionais e internacionais, consultas em livros de autores de referência sobre a temática em questão. Como considerações finais desta pesquisa, estão apresentadas algumas estratégias fundamentadas pelos autores que podem reduzir as desigualdades sociais e promover o capital humano.

¹ Doutoranda no Curso de Educação da Universidade Lusófona de Lisboa.



Palavras-Chave: Família, Escola, Desigualdade

Abstract

In recent times, Angola faces the challenge of reducing social inequalities that are associated with various sectors of society, in partnership with non-governmental organizations, to promote sustainable development. The article aims to analyze and understand the role of the Family and School in Angola as fundamental institutions in the promotion, human development and reduction of social inequalities, with the purpose of identifying challenges and presenting effective parameters to minimize inequalities. The family and school, as social institutions that coexist directly with the process of development of the human being and subsequently their action in society, are represented as a means of socialization and positive influence for the promotion of citizenship, improving social, psycho-emotional and of the individual and contribute to a less unequal society, with well-defined parameters of inclusion and equity. The school is responsible for transmitting technical, scientific and humanistic knowledge that will prepare individuals to exercise citizenship. To develop this article, qualitative methodology was used, based on a literature review of national and international scientific articles, consultations in books by reference authors on the topic in question. As final considerations of this research, some strategies founded by the authors are presented that can reduce social inequalities and promote human capital.

Keywords: Family, School, Inequality

Resumen

En los últimos tiempos, Angola enfrenta el desafío de reducir las desigualdades sociales asociadas a diversos sectores de la sociedad, en colaboración con organizaciones no gubernamentales, para promover el desarrollo sostenible. El artículo tiene como objetivo analizar y comprender el papel de la Familia y la Escuela en Angola como instituciones fundamentales en la promoción, el desarrollo humano y la reducción de las desigualdades sociales, con el fin de identificar desafíos y presentar parámetros eficaces para minimizar las desigualdades. La familia y la escuela, como instituciones sociales que conviven directamente con el proceso de desarrollo del ser humano y posteriormente su acción en la sociedad, se representan como un medio de socialización e influencia positiva para la promoción de la ciudadanía, mejorando los aspectos sociales, psicoemocionales y del individuo y contribuir a una sociedad menos desigual, con parámetros de inclusión y equidad bien definidos. La escuela es responsable de transmitir conocimientos técnicos, científicos y humanísticos que prepararán a las personas para el ejercicio de la ciudadanía. Para desarrollar este artículo se utilizó metodología cualitativa, basada en una revisión bibliográfica de artículos científicos nacionales e internacionales, consultas en libros de autores de referencia sobre el tema en



cuestión. Como consideraciones finales de esta investigación, se presentan algunas estrategias fundadas por los autores que pueden reducir las desigualdades sociales y promover el capital humano.

Palabras clave: Familia, Escuela, Desigualdad.

INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais estão presentes em quase todas as realidades e têm preocupado, cada vez mais, os investigadores na procura de respostas a esta problemática, a qual precisa ser analisada e repensada no contexto social e económico de cada país. Em Angola, as desigualdades sociais impactam significativamente o desenvolvimento humano, especialmente no contexto das interações entre família e escola. Muitas famílias enfrentam barreiras socioeconómicas e culturais que limitam seu acesso a recursos educativos de qualidade. A efectividade do apoio fornecido pelas escolas às famílias, encontra entrave nas insuficiências de infraestruturas e nas disparidades regionais. O descompasso entre as necessidades das famílias e a capacidade das escolas resulta em um ciclo de exclusão e marginalização, dificultando o desenvolvimento integral das crianças e jovens. Assim, tem se verificado o surgimento acentuado de vários fenómenos sociais que colocam em risco as normas sociais, marcados por manifestações agressivas, revolta dos jovens no acesso às oportunidades de emprego e formação, que se traduz no aumento do índice de delinquência, aumento do índice da gravidez precoce e fuga à paternidade, criação de gangues entre outras manifestações sociais. Estes fenómenos são demonstrativos da insuficiência de normas familiares, escolares e de políticas públicas, que possa gerar desigualdades sociais e desfavorecer as pessoas mais vulneráveis da sociedade angolana.

Neste contexto, surge a necessidade de investigar e reflectir sobre o problema: como é que as desigualdades sociais em Angola podem afectar a capacidade das famílias e das escolas promoverem o desenvolvimento humano? Que estratégias se podem adoptar para a redução das desigualdades e promoção dos direitos dos cidadãos? Consideramos esta problemática de investigação de extrema relevância, por nos convocar à reflexão sobre os diversos fenómenos sociais. Precisamos compreender de que forma as desigualdades sociais em Angola impactam nas famílias e na educação, e como dessa forma podem acabar por contribuir para obstaculizar o desenvolvimento humano. Além desta preocupação central, a temática pode influenciar positivamente



as futuras políticas educativas em Angola a partir dos resultados obtidos acerca de como as desigualdades sociais podem afectar a educação. E perceber se em Angola como afirmava Durkheim (1893) também as desigualdades sociais são consequências da diferenciação social, emergindo do aumento da complexidade e especialização das actividades económicas, políticas e culturais.

A família é o primeiro ambiente social após o nascimento, estabelecendo-se a partir dela a necessidade de estabelecer relações com outros indivíduos membros desta. A família é a primeira instituição social responsável pela transmissão de valores, hábitos e crenças que influenciam directamente no desenvolvimento pessoal. O indivíduo nasce e é no seio familiar que se desenvolve física, cognitiva e emocionalmente, que aprende a lidar com as emoções, que estabelece vínculos afectivos e que adquire um senso de moralidade social. Noronha & Parron (2017) afirmam que nenhuma outra instituição está tão intimamente ligada ao ser humano quanto à família.

A escola surge como uma necessidade para transmitir conhecimentos específicos, construindo histórias através do compartilhamento de saberes entre gerações distintas. Dewey (2010) considera a escola um ambiente único para vida social controlada fornecendo matéria-prima para integração social. Ele entende a escola como um lugar onde os indivíduos aprendem a viver em uma sociedade democrática e desenvolvem habilidades sociais. A escola é fundamental para a formação da identidade humana, por expor crianças e jovens a uma diversidade de pessoas, ideias e culturas. É responsável por transmitir conhecimentos técnicos, científicos e humanísticos que preparam os indivíduos para a cidadania e para o mercado de trabalho. Além disso, a escola é um espaço privilegiado de socialização, criatividade e pensamento crítico. Factores como cultura, religião, classe social e etnia são exemplos de elementos que podem influenciar a formação da identidade. E, como estamos a verificar, em Angola a família e a escola são duas instituições educativas que podem - e devem - contribuir para a diminuição das desigualdades sociais.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O conceito e a dinâmica das famílias angolanas

As famílias angolanas assemelham-se às famílias de qualquer outro país, são constituídas por elementos ligados por laços de sangue, completos ou incompletos (pai, mãe, filhos, sobrinhos, netos e outros membros) ou por elementos ligados a



questões culturais, como acontece nas ombalas², que constituem famílias nas aldeias, formadas a partir da origem étnica, ou pela naturalidade que a identificam. Por outro lado, temos as famílias formadas nos Centros de acolhimento, no âmbito das políticas sociais e religiosas, com vista a garantir o direito de cada indivíduo ter uma família (aldeia SOS)³. Desta forma, a educação das famílias angolanas é vinculada principalmente pela sua origem histórico-cultural para o posterior enquadramento na sociedade. Yoba (2018) afirma que as tendências organizativas das famílias se diferenciam de sociedade em sociedade:

“A organização familiar em África, tendencialmente se manifesta na família alargada. Esta situação, não se petrifica somente na ideia, mas sim numa clara concretização. Os parentes beneficiam-se dos apoios de uns e de outros com um profundo sentido de cooperação. Um determinado sujeito pode assumir a responsabilidade na educação de um filho do irmão, primo, tio e até mesmo vizinho em circunstâncias iguais aos seus filhos. Esta postura é mais vivenciada em África, respondendo inclusive à escassez de meios de sobrevivência. (p.15)”.

Muitos são os autores que abordam a origem da palavra família defendendo que a mesma provém da civilização romana. Segundo Engels (1884) o conceito de família é de origem latina, que significa famulus (escravos domésticos). Mas para Silva (2005) o conceito de “família” confunde-se com a sua “formação”, embora directa ou indirectamente os dois termos tenham a mesma finalidade. São várias as opiniões, desde o ponto de vista da constituição da espécie humana até à formação da própria família no sentido efectivo do próprio ser humano. A família segundo a sua origem pode ser classificada de diversas formas, desde os consanguíneos, não consanguíneos e outras classificações, todas elas nos levam a compreender a evolução do ser humano em um determinado grupo distinto. Por outro lado, segundo Morgan (Cit. Souza, Silva, Andrade e Rodrigues 1984) tendo em conta os três estágios pré-histórico, define também três modelos de famílias: família consanguínea, família panalauana e famílias sindiásmica ou família monogâmica. Para Engels (1884) a família foi inventada pelos romanos para designar um grupo, um povo ou um novo organismo social cujo chefe mantinha sob o seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos com o direito de vida e morte sob todos eles.

² Ombala é considerada neste artigo como um grupo de casas pertencentes a uma família.

³ SOS- é uma Aldeia situada na Província do Huambo no Bairro de Cambionte tem muitas famílias compostas por mais de cinco membros unidos sem laços de sangue (formados por crianças de ruas, homens e mulheres sem competências de autos sustentação).



Minuchin (1985) apresenta o conceito da família como um complexo sistema de crenças, valores e práticas desenvolvidas, associadas directamente às mudanças da sociedade, na busca da melhor adaptação possível para a sobrevivência de seus membros e de toda a família. A família pode ser simples ou complexa, sendo representada por um conjunto de pessoas ligadas por laços de sangue ou afinidade: é nela que primordialmente o homem nasce e vai desenvolvendo as suas habilidades. Tendo em conta a dimensão histórico cultural das famílias, para Weber (1905) a família é considerada uma instituição social que tem um papel fundamental na estrutura e organização das sociedades e desempenha um papel importante na socialização das sociedades mais jovens, a transmissão de valores culturais e a manutenção da ordem social.

Os vários conceitos de família permitem-nos entender que a família é uma *instituição social* que surge desde a criação da humanidade quando os seres humanos começaram a organizar-se para promover as relações e facilitar a vida. Todo o ser humano se desenvolve de acordo com as relações que vai estabelecendo com a natureza e outros seres, como afirma Arendt (2007) nenhuma vida humana se desenvolve no mundo sem que esteja, directa ou indirectamente, relacionada com os outros seres. Para Arendt todas as actividades do homem são condicionadas à relação que ele tem com a família e outros. De acordo com Carter & McGoldrick (1995) e Ferrari & Kaloustian (2004) a família representa o espaço de relação e socialização, de busca de estratégias colectivas e de sobrevivência. É o local onde começa o exercício da cidadania e onde existe a possibilidade de desenvolvimento individual e colectivo dos seus membros, independentemente das combinações apresentadas, ou das novas estruturas que se formam. A família tem uma dinâmica própria, afectada tanto pelo desenvolvimento de seu ciclo vital, como pelas políticas económicas e sociais da comunidade.

O papel fundamental da família consolida-se através do comportamento dos seus membros na sociedade, “mesmo sem projecto educativo, e de forma espontânea, a família realiza a educação dos seus membros para os tornar cidadãos úteis à sociedade” Silva (2017, p.30). O Jornal de Angola (2014), na sua edição de N.º 30 de Novembro, referia: “A família é a célula básica fundamental da sociedade, precisamente porque nela assenta toda sociedade e se inicia o chamado processo de socialização da pessoa humana. É a família que converte os indivíduos em seres sociais e os fornece à sociedade”. A família é a primeira instituição de aprendizagem e de socialização do homem e, por sua vez, é também a primeira a sofrer os efeitos da pobreza e exclusão social de uma determinada sociedade.



Muitas famílias angolanas vivem em condições precárias de habitação, saneamento, saúde e nutrição, a que acresce a falta de escolas, acabando por comprometer o seu bem-estar físico e psicológico. Muitas famílias enfrentam ainda situações de violência doméstica, abuso sexual, trabalho infantil, casamento precoce e gravidez na adolescência, numa evidente violação dos direitos das crianças e limitação do seu potencial.

Já Coelho (2015) defende que a origem étnica das famílias angolanas, de uma maneira geral, é fundamentada de forma sistemática em ordens cronológicas: grupo étnico Hotentote-Bosquímano; grupo étnico Vátua ou Pré-Bantu; grupo étnico Bantu e grupo Étnico Europeu. No mesmo contexto, o autor faz referência ao facto de a maioria da população angolana provir da Etnia Bantu que, por sua vez, é classificada em sub-grupos etnolinguísticos⁴.

“Em Angola, a família pode ser constituída pelos pais e filhos, pelo pai e filhos, pela mãe e filhos (família parental), quando estes (cada progenitor) tomam e desempenham o papel de chefe de família. No entanto, embora não assumido formalmente, entende-se em termos de lei, verificam-se famílias resultantes de relações extraconjugais (um homem com duas ou mais famílias constituídas) cujo tratamento se considera equitativo em função dos costumes regionais “Yoba” (2018, p.15).

Neste contexto encontramos famílias em que o responsável, por ter mais do que uma família, abandona uma das mães, por conta da situação económica, e numa clara fuga à paternidade. Este é um dos grandes problemas com que o Estado se debate na atualidade, acabando por influenciar muito a estrutura da família. Neste modelo de família constata-se que a educação dos filhos encontra diversos horizontes, que podem criar alguns constrangimentos sociais como delinquência, transtornos psicológicos e outros problemas quando inseridos na sociedade. Todas estas formas de representação das famílias definem muito o modelo de indivíduo que a sociedade apresenta, e podem influenciar em outros factores que promovam o próprio desenvolvimento humano. Do ponto de vista cultural e da própria constituição da família, conforme estabelecido pela Lei n.º 1/88 (1988), de 20 de Fevereiro, foi publicado o Código de Família, onde a família é considerada como um núcleo fundamental para organização da sociedade e como sendo um elemento fundamental

⁴ Os sub-grupos etnolinguísticos: Quicongo (Kikongu), Quimbudo (Tymbundu ou Kimbudu), Lunda-Quioco (Tshokwe), Umbundu (Ovinbundu), Ganguela (Ngangela), Nhaneca-Humbe (Nyaneka Lukumbi), Ambó (chikwanyama), Herero (tchiherero) e Chindoga (Ochidonga).



do Estado. A mesma Lei consagra a igualdade de direitos e deveres a todos os membros da família.

A família como primeira Instituição regula as acções do ser humano de acordo com os padrões sociais e os valores que principalmente pretende transmitir. Para Ramos e Nascimento (2008) a principal função de uma família é a propagação dos valores inscritos nela. Segundo os autores, “um dos processos que permitem essa transmissão de valores é a socialização, cujo objectivo traduz-se na divulgação das leis e normas institucionais, facilitando a interiorização das mesmas pelos indivíduos”. Ramos e Nascimento (2008) defendem ainda que a “Família confere legitimidade às normas e papéis sociais que a criança interioriza em seu crescimento. (...) afinal, é ela quem torna o indivíduo um ser social e como tal imerso na cultura e valores colectivamente disseminados” (p.467). A família é um tida como meio de aprendizagem das normas e regras que regem a conduta do indivíduo, apesar desta ser uma aprendizagem informal a sua consequente absorção verifica-se no dia-a-dia das comunidades em geral e das famílias em particular: “A família transmite conhecimentos e muitas experiências da vida social, tendo como método específico a prática quotidiana, ou simplesmente, a vivência” Yoba (2018, p.15). Desde o momento em que as famílias já não têm capacidade de orientar a educação dos seus filhos para o mundo social, há necessidade de inserir a criança na escola para que ela seja disciplinada e instruída de acordo as orientações da sociedade onde está inserida; ela fornece ainda um manual prático dos comportamentos e pensamentos permitidos ou não ao indivíduo (Ramos e Nascimento, 2008, p.467).

Cada membro no seio da sua família deve sentir a responsabilidade individual de participar na emancipação da mesma e posteriormente reflectir na sociedade. De acordo com Durkheim (1893), na sua obra Da divisão do trabalho social, a função da família enquanto instituição na sociedade assenta em alguns fundamentos com vista a promover a redução das desigualdades sociais, a saber:

- a) A família por ser a primeira forma de organização social deve orientar os seus membros a pautarem-se por uma solidariedade orgânica baseada na divisão das actividade e no complemento das funções de cada um;
- b) A família é onde começa a orientação e coesão social por ser uma instituição que liga o cidadão da formação social;



- c) A família é igualmente um agente de regulação social, que exerce um controle sobre o comportamento dos seus membros e os integra no sistema moral colectivo;
- d) A Família promove e fortalece a coesão social, para evitar ou superar a anomia, por meio da religião, do direito e da educação, sendo instituições que expressam e reforçam a consciência colectiva em uma sociedade.

A família como principal instituição na promoção da identidade humana tem a sua própria função e responsabilidade para orientar o ser humano desde a sua nascença, como afirmam Souto (1985), Lasch (1991) e Lourau (1996) e uma das funções universais atribuídas à família é “dar nome e estatus; socializar os indivíduos em relação aos padrões e normas sociais dominantes e dar segurança”.

Em suma, a família tem a responsabilidade de transformar o ser humano e de conseguir desenvolver as suas capacidades em função das políticas culturais, sociais e económicas que vivem. Como Facó e Melchiori (2009) defendem, “A família representa o espaço de socialização, de busca colectiva de estratégias de sobrevivência, local para o exercício da cidadania, possibilidade para o desenvolvimento individual e grupal de seus membros, independentemente dos arranjos apresentados ou das novas estruturas que se vêm formando” (Facó e Melchiori, 2009, p.121).

Escola como Instituição Social

A escola é um espaço de aprendizagem formal que promove a transformação e o desenvolvimento intelectual, académico e profissional do ser Humano numa determinada sociedade. A escola deve valorizar a diversidade, o diálogo e a democracia, reconhecendo a pluralidade de saberes, culturas e identidades, e favorecendo a participação de todos os actores educacionais nas decisões pedagógicas e estimular a autonomia, a criatividade e o pensamento crítico dos estudantes, desenvolvendo as suas capacidades de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser (Nadal, 2011).

Em Angola é o Ministério da Educação que cabe a dinamização do processo e do papel da escola no sentido de promover a educação Básica e secundária em todo território nacional. Ao mesmo tempo que monitoriza a formação técnico profissional e a supervisão do ensino superior, com objectivo de melhorar a qualidade e equidade no



processo educativo em Angola, com vista ao desenvolvimento da sociedade. De acordo com a Lei N.º 32/20 (2020) de 12 de Agosto, que estabelece as Bases do Sistema de Educação e Ensino, refere no seu artigo nº 1º:

“1. A educação é um processo planificado e sistematizado de ensino e aprendizagens, que visa preparar de forma integral o indivíduo para as exigências da vida individual e colectiva e se desenvolve na convivência humana, a fim de ser capaz de enfrentar os principais desafios da sociedade, especialmente na consolidação da paz e da unidade nacional e na promoção e proteção dos direitos da pessoa humana e do ambiente, bem como no processo de desenvolvimento científico, tecnológico, económico, social e cultural do País.

2. O sistema de Educação e Ensino é o conjunto de estruturas, modalidades e instituições de ensino, por meio do qual se realiza o processo educativo, tendentes à formação harmoniosa e integral do indivíduo, com vista à construção de uma sociedade livre, democrática, de paz e progresso social”.

A escola como instituição social desempenha um papel fundamental na transformação do cidadão activo e consciente para contribuir no desenvolvimento da sociedade com uma distribuição menos desigual e justa para todos. “A escola é um lugar de luta e de compromisso, que não se muda por decreto ou por discursos retóricos” (Paulo Freire, 1998 Cit. Teodoro 1999, p. 479). É na Escola que as crianças têm a oportunidade de adquirir conhecimento, valores e habilidades para se debater com os desafios da vida. Na verdade, a escola desempenha um papel importante na formação do carácter, na promoção da socialização e na construção de relações interpessoais saudáveis. Ela oferece um espaço para a exploração, a descoberta e a expressão criativa, incentivando os alunos a tornarem-se pensadores críticos e cidadãos responsáveis. A escola é também um local de interacção entre diferentes culturas, ideias e perspectivas, promovendo a diversidade e a compreensão mútua.

De acordo com as pesquisas feitas por Nadal (2011) e Lourau (1996) sobre o conceito de Escola, instituição ela é encarada como um espaço de diálogo, cooperação e participação com todos os membros envolvidos no processo educativo, tendo em conta as diversidades e pluralidade de saber e cultura de cada um. Segundo os autores, a escola deve articular-se com a família e a comunidade, buscando uma integração entre os diferentes contextos de vida dos alunos, e fortalecendo os vínculos afectivos e sociais. “A educação deve encontrar maneiras de responder a esses desafios, considerando múltiplas visões de mundo e outros sistemas de



conhecimentos, além de novas fronteiras em ciência e tecnologia, como os progressos em neurociências e os avanços na tecnologia digital” (UNESCO, 2016).

O índice de crianças e jovens fora do sistema educacional é elevado (Relatório do Banco Mundial, 2019), atribuído às diversas dificuldades socioeconómicas que afectam o acesso à escola e podem impactar o desenvolvimento da sociedade. Apesar de estar contemplado na Lei n.º 32/20 (2020) a gratuidade do ensino em Angola, para que o mesmo seja acessível a todos, e de o Estado ter a responsabilidade de assumir a educação dos indivíduos para garantir a sua transformação e integração na sociedade, falta ultrapassar alguns desafios ao nível dos recursos. O Ministério da Educação tem trabalhado para aumentar o número de escolas em todo o país, por meio de políticas públicas direccionadas, no entanto, ainda existem escolas que não reúnem as condições adequadas ao processo de ensino.

A Escola deve contribuir para a formação de cidadãos conscientes, responsáveis e solidários, que possam actuar transformadoramente na sociedade, procurando a construção de um mundo mais justo, democrático e sustentável. Em Angola a escola visa tornar o cidadão consciente, crítico e participativo, capaz de contribuir para o progresso social, cultural e económico do país: a função da escola na sociedade é envolver-se nos desafios e nas possibilidades (Santos, 2019). Em Angola a escola representa também um espaço de convivência, diversidade e inclusão, onde se deve respeitar as diferenças individuais e culturais dos estudantes para a posterior promoção na sociedade. Para Bourdieu (2004), a escola é, por um lado, um instrumento que reforça, valida e legitima as diferenças sociais e, por outro lado, um espaço dinâmico e democrático no sentido de dar ao aluno a liberdade cultural e de expressão.

Como vimos existem elementos que influenciam directamente nas desigualdades sociais e no baixo índice de desenvolvimento humano, e esse é o grande desafio para o Estado Angolano, o de dirigir as políticas públicas com o fim de mitigar estas dificuldades, pois tal como defendemos a escola e a família têm esta responsabilidade. Tal como afirma e enfatiza Bourdieu “o papel social da escola implica (...) na transformação das estruturas sociais” (Bourdieu, 1998).

O Relatório do Banco Mundial (2019) afirma que cerca de 44% das crianças angolanas concluem o ensino primário e que apenas 11% terminam o ensino secundário. A educação é um direito fundamental e um factor essencial para o desenvolvimento humano. No entanto, em Angola, a limitação no acesso à educação apresenta uma grande diferença entre as zonas rurais e urbanas, principalmente nas infra-estruturas,

na prestação de serviço por parte dos professores e na distribuição de material didático e outros. Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2019) apenas 66% das crianças entre os 6 e 11 anos frequentavam a escola primária, e apenas 38% das crianças entre os 12 e 17 anos frequentavam o ensino secundário. A taxa de alfabetização dos adultos é de 71%, sendo que as mulheres têm uma taxa inferior aos homens (60% contra 82%). Além disso, a qualidade da educação é baixa, devido à falta de infra-estruturas, materiais didáticos, professores qualificados e formação contínua. O Programa de Educação da UNICEF Angola visa melhorar a qualidade do ensino em Angola, dar uma educação equitativa para promover o desenvolvimento humano nos planos de desenvolvimento humano.

Percebe-se, pois, que muito há a fazer no sentido de reduzir as desigualdades sociais, aumentar o índice de desenvolvimento humano, melhorar a equidade e a qualidade de vida, garantir que todas as crianças e jovens desenvolvem as suas potencialidades e competências para poderem contribuir para o desenvolvimento social e económico do país. A educação deve ser prioridade para a progressão do homem e para o desenvolvimento social e económico da sociedade. As escolas têm como finalidade educar as pessoas, transmitindo, construindo e aplicando saberes científicos, culturais e éticos. É a escola que forma o cidadão e contribui para desenvolvimento das suas competências intelectuais, emocionais e sociais. A escola pode ser examinada sob várias dimensões: a forma escolar, que se refere ao modo como a escola organiza o tempo, o espaço e as relações de ensino e aprendizagem (Canário, 1992).

Se como defende Nóvoa e Young “é a concepção da educação, que orienta a definição da escola e dos seus objectivos”, (Nóvoa, 1992; Young, 2007) parece essencial ter em conta as políticas de inclusão no sistema escolar que considerem:

- A formação contínua de professores;
- A distribuição material didático;
- A expansão da rede de proteção às crianças e adolescente;
- A implementação de programas de alimentação escolar e de bolsas de estudo;
- O acompanhamento do programa de combate à pobreza; e,
- A promoção da participação comunitária na gestão escolar.



Na verdade, todas estas iniciativas têm contribuído, por um lado, para a redução das desigualdades sociais e o aumento da taxa de desenvolvimento humano e, por outro lado, para a diminuição das disparidades regionais. Paralelamente, é preciso: aumentar e incentivar o financiamento do sector educativo e das políticas públicas afectas à educação; melhorar a qualidade e a relevância do currículo e dos programas de avaliação do ensino; promover a cultura local; promover a inclusão e a diversidade nas escolas; e, por último, envolver todos os actores sociais na defesa do direito à educação e ensino.

Fundamentos da Família e da Escola para promover o desenvolvimento humano e reduzir as desigualdades sociais.

A família e a escola representam duas das principais instituições no desenvolvimento do ser humano, embora em Angola estas instituições se debatam com inúmeros desafios, no sentido de promover o capital humano. As Nações Unidas (ONU) nos seus objectivos de desenvolvimento sustentável até 2030, consagram que a igualdade de oportunidades contribui para redução das desigualdades, aumenta o crescimento dos rendimentos da população mais pobre, tendo Angola adoptado esta perspectiva de desenvolvimento para garantir que cada cidadão se sinta responsável pela construção de um país melhor.

Apesar da guerra civil que Angola sofreu e terminou no ano de 2002, tem-se registado um crescimento económico, que por um lado gera alguma satisfação aos cidadãos, mas ainda assim o índice de pobreza é elevado, sobretudo se considerarmos a situação nos bairros periféricos das províncias do país. Um dos maiores desafios que Angola enfrenta para reduzir as desigualdades sociais da população e a promover o desenvolvimento humano é o combate à pobreza, que ronda entre os 41% aproximadamente e um índice de desenvolvimento humano que ronda entre 0,581. A maioria da população angolana vive nas zonas rurais e em bairros com dificuldades de acesso aos serviços sociais, ficando evidente a desigualdade social e a luta pela sobrevivência.

“Os papéis desempenhados pela família e pela escola sofrem influências das determinações de todo um contexto histórico-social. Podemos afirmar que as práticas educativas da família e da escola, bem como as representações sobre elas, refletem o contexto social em que estão inseridas (...). Como produtos sociais, família e escola tendem a desempenhar práticas de regulação social,



uma vez que normalizam os fenómenos da sociedade, no sentido de oferecerem interpretações da realidade, incorporados por meio de atitudes, valores, crenças, costumes, interesses e sentimentos, todavia, vale destacar que as influências recebidas são diferenciadas, dependendo da inserção do educando e dos agentes socializadores em determinada camada social” Perez 2012 (p.12).

A educação é o principal instrumento que domina e controla as diversidades sociais em Angola pelo que o Programa de governo apresentou alguns objectivos para promover o desenvolvimento humano, por meio da escola e da família, com mais incidência na protecção das crianças e jovens:

- Acesso a uma educação de qualidade que abrange todos os jovens e crianças independentemente da sua origem étnica social e económicas;
- Promover uma educação sem restrição do género para que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades de acesso às escolas e posteriormente ao mercado de trabalho;
- Apoiar as famílias com recursos e garantir o seu bem-estar para a promover o desenvolvimento humano;
- Reduzir as desigualdades sociais mediante políticas públicas e programas que visam melhorar as condições de vida das famílias mais desfavorecidas.

Para Thomas Piketty (1997) o papel da família e da escola na redução das desigualdades cinge-se à necessidade de fortalecer o bem-estar social, oferecer serviços públicos de qualidade entre eles a saúde e educação para todos os cidadãos de uma determinada sociedade; elevar a família como principal instituição na promoção da mobilidade social e igualdade de oportunidades, porque é a família a primeira a ser afectada pelas crises de desigualdades sociais. No mesmo contexto, o autor alerta sobre os principais riscos sociais e políticos de uma sociedade cada vez mais dividida entre dois mundos de ricos e pobres, e chama atenção uma maior participação na democracia para a definição de regras económicas.

Segundo Durkheim (1893) “as desigualdades sociais geraram anomia⁵, sendo um estado de falta de normas ou de desajuste entre as normas e as condições reais de vida

⁵ Anomia: é um conceito utilizado em sociologia que se refere à falta de normas ou regras sociais num determinado grupo ou sociedade. É um estado de desordem social em que as pessoas não têm clareza sobre o que é esperado delas ou sobre as normas e valores que devem seguir. É um termo usado por Émile Durkheim no seu livro “Da divisão do trabalho social” acerca das condições em que as normas



dos indivíduos, que provoca alienação, crise, criminalidade, patologias sociais e suicídio”. Segundo a Estratégia de Combate a Pobreza (Ministério do Planeamento, 2004) um dos principais factores do baixo índice de desenvolvimento humano é o baixo nível de educação da população que resulta em consequências dramáticas no desenvolvimento do potencial socioeconómico,

“O emprego e formação profissional jogam um papel essencial na diminuição dos índices de pobreza dado que contribuem directamente para o exercício de actividades geradoras de rendimento, que contribuem para o sustento do indivíduo e da sua família, e promovem a valorização do capital humano nacional que é o sustento de um crescimento económico sustentável” (p. 7).

A Constituição da República de Angola (Imprensa Nacional, 2021), no seu artigo 23º, trata o princípio da igualdade, e refere que todos os cidadãos gozam dos mesmos direitos e deveres perante a constituição e a lei, conforme disposto n.º 2,

“Ninguém pode ser prejudicado, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da sua ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, língua, local de nascimento, religião, convicções políticas, ideológicas ou filosóficas, grau de instrução, condição económica ou social, ou profissão.

Teodoro (1999, p. 468) defende que são cinco os domínios principais que promovem o desenvolvimento humano e que estão intimamente relacionadas com as políticas educativas vinculadas às instituições, a saber:

1. A formação profissional, recuperando os fundamentos das teorias do capital humano;
2. O ensino superior, dominado pela ideia de um mercado único de trabalhadores qualificados;
3. A cooperação e as trocas, enquanto estratégia para modificar as mentalidades;
4. A informação e o controlo, assente na organização de bases de dados e na difusão de estatísticas e informações sobre os diferentes países;

sociais são confundidas causando o sofrimento no indivíduo e a desintegração social ou patologias sociais.

5. A melhoria do curriculum a nível da educação, e olhando na dimensão sobre a promoção das línguas.

Também o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (2000), que está alinhado com os objectivos do milénio na luta contra a pobreza, refere que a pobreza é um dos maiores desafios que o mundo enfrenta, para promover o Desenvolvimento Humano. E faz inclusivé, três recomendações para melhorar a situação: 1) dar oportunidades económicas para os pobres no sentido de estimular o crescimento geral, ter mais educação e o acesso às terras; 2) Tornar as instituições estatais mais responsáveis perante os pobres, fortalecendo a sua participação nos processos políticos e decisões locais e eliminando as barreiras sociais resultantes das distinções de sexo, etnia, raça, religião e condição social; e, 3) Reduzir a vulnerabilidade dos pobres a doenças, crises económicas, perda de colheitas, desemprego, catástrofes naturais e violência, bem como ajudá-los a enfrentar choques adversos.

METODOLOGIA

Para a elaboração do presente artigo foi realizada a revisão de literatura em torno dos conceitos de família e escola com vista a ajudar a compreender o fenómeno da desigualdade social em Angola, bem como perceber de que modo a mesma afecta a capacidade das famílias e das escolas na promoção do desenvolvimento humano. Pretende-se também apurar de que forma as políticas públicas têm contribuído para mitigar a redução das desigualdades e promover os direitos dos cidadãos.

Foi adoptada como metodologia a análise documental com base num mapeamento qualitativo e descritivo, bem como a observação, dos vários fenómenos sociais. O mapeamento para a revisão de literatura deste artigo foi realizado recorrendo às bases de dados Google Scholar, PubMed, SciELO, ReCAP, Bion e JSTOR, por serem motores de busca de referência na academia.

Com a informação obtida nas bases de dados, a partir dos descritores “família” e “escola”, pretendemos obter elementos que nos permitam conhecer a situação do desenvolvimento humano na actualidade em Angola, para compreender a importância dos papéis da Escola e Família no contexto da educação e do seu contributo para a redução das desigualdades sociais.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assistimos no presente a alguns fenómenos relacionados com a escola os quais constituem um desafio a ultrapassar, tanto para o Estado como para as organizações, e que abaixo identificamos como resultados das pesquisas realizadas, nomeadamente:

1. A insuficiência de escolas a nível dos bairros periféricos e das zonas rurais;
2. As escolas em condições péssimas que não conferem dignidade aos alunos;
3. As longas distâncias que alguns alunos percorrem para ter acesso à escola;
4. As frequentes violências e agressões no percurso às escolas devido às longas distâncias;
5. O número elevado de alunos por cada sala de aula em alguns bairros onde o índice demográfico tende a aumentar;
6. As dificuldades económicas que muitas famílias passam devido ao custo alto da cesta básica;
7. O aumento constante de crianças e jovens na rua;
8. O desinteresse dos alunos nas zonas rurais face a um modelo de escola que lhes é imposto que pouco valoriza a realidade destes;
9. A exploração de crianças e adolescentes em serviços diversos.

Em relação à família, Bourdieu (Cit. Nogueira. & Nogueira, 2009) apresentou o conceito de violência simbólica para conceituar a imposição de uma visão dominante do mundo social, que naturaliza e legitima as desigualdades e que é reconhecida pelos dominados como algo legítimo. No caso de Angola os factores que podem influenciar nas desigualdades sociais e no baixo índice de desenvolvimento humano são:

- i) Os baixos rendimentos para sustento das famílias;
- ii) A falta de qualificação e valorização do capital humano;
- iii) A dificuldade e disparidade no acesso à escola e à educação de qualidade;
- iv) A expectativa de vida à nascença devido à insuficiência de serviços básicos de saúde em alguns bairros e zonas rurais;



- v) O baixo nível de escolarização de alguns membros da sociedade;
- vi) A tendência de aumento demográfico, que actualmente é um dos indicadores revelador de vários problemas sociais;
- vii) As insuficiências de políticas públicas que apoiem as famílias e as escolas no fomento a autossuperação;
- viii) Os factores socioeconómicos, como a pobreza, o acesso limitado a serviços básicos e a desigualdade de rendimentos, afectam o desenvolvimento humano e a capacidade das famílias de apoiar o desenvolvimento de seus membros mais jovens.

Em termos de perspectiva futura é importante considerar estratégias para superar as desigualdades sociais e desenvolver o capital humano, tais como:

- 1) Políticas públicas que visem melhorar o acesso à educação, fornecer mais apoio às famílias de baixos rendimentos e reduzir as desigualdades sociais podem surtir um efeito significativo.
- 2) Mais colaboração entre escolas e comunidades pode ajudar a fornecer suporte adicional às famílias e promover um ambiente social mais inclusivo;
- 3) Implementação de políticas públicas ligadas aos impostos progressivos, para posterior redistribuição de rendimentos e investimento na área da educação e da saúde;
- 4) Reforçar as políticas de igualdade, inclusão e coesão social para o desenvolvimento sustentável da sociedade;
- 5) Promover Programas que visam capacitar a família com habilidades parentais e educacionais podem fortalecer o papel das famílias na promoção do desenvolvimento humano dos seus filhos;
- 6) Iniciativas que garantam que todas as crianças têm acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem socioeconómica, são essenciais para reduzir as desigualdades sociais;



- 7) Promover políticas pedagógica que visem ensinar às crianças e aos jovens, tendo em conta o seu contexto etno-cultural e social, o desenvolvimento de um pensamento crítico.

CONCLUSÃO

A família e a escola são duas instituições fundamentais para o desenvolvimento humano em Angola. A família é o primeiro ambiente de socialização do homem, de afecto e aprendizagem, onde se formam os valores, as crenças e as identidades dos indivíduos. Com a nossa investigação qualitativa revelaram-se diferentes percepções sobre as dinâmicas familiares onde compreender a diversidade nos permitiu perceber como se reproduz a desigualdade social. Assim, uma família pobre, para além da sua fraca condição socioeconómica, ela sofre ainda influência de múltiplos fatores, o que se reflete no baixo rendimento escolar das crianças. Desta forma, iniciativas comunitárias e intervenções ao nível das políticas públicas podem fomentar a resiliência e melhorar os resultados educacionais para famílias desfavorecidas, sugerindo um potencial de mudança positiva em meio às desigualdades sociais.

A Escola e a família são instituições que têm grandes valências na vida do cidadão, neste contexto devem actuar de forma integrada e complementar, promovendo a educação integral e a inclusão social dos angolanos. Para promover o desenvolvimento humano em Angola, é fundamental fortalecer o papel das famílias e das escolas como instituições que garantem a protecção, a educação e a participação das crianças e jovens. É necessário investir na melhoria das condições de vida das famílias, por meio de políticas públicas que combatam a pobreza, a desigualdade e a discriminação. É preciso também melhorar a qualidade e a equidade da educação, por via de programas que ampliem o acesso à escolarização, que a formação contínua dos professores seja sustentável para contribuir na qualidade de ensino e promover o desenvolvimento humano, que envolvam as comunidades e que valorizem a diversidade cultural. Assim, e tal como Markovits (1969), percebemos que a solução das desigualdades sociais em Angola consiste na criação de mecanismos de redistribuição de rendimentos, na facilidade do acesso à educação de qualidade, de valorização do trabalho manual e de fortalecimento da democracia



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arendt, H. (2007). *A condição humana*, (10ª Ed), (Tradução de Roberto Raposo). Rio de Janeiro. Editora Forense Universitária.

Arter, B., McGoldrick, M. (1995). (Col. As mudanças no ciclo de vida familiar – uma estrutura para a terapia familiar) (pp.7-29) In: Carter, B.; McGoldrick, M. (Orgs.). *As mudanças no ciclo de vida familiar* (2ª Ed.). Porto Alegre. Artes Médicas.

Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial (2001) *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2000/2021 - Luta contra a pobreza*, Washington.

<https://documents1.worldbank.org/curated/pt/927161468164645652/pdf/226840PORTUGUE1za20001200101PUBLIC1.pdf>

Bourdieu, P. (1998) Org. Nogueira, M. e Catani, A. (2007). *Escritos de Educação*, Petrópolis. Editora Vozes.

https://www.academia.edu/36677225/BOURDIEU_Pierre_Escritos_de_Educa%C3%A7%C3%A3o

Canário, R. (Org.). (1992). *Inovação e Projecto Educativo de Escola*. Lisboa. Educa.

Coelho, V. (2015). A classificação etnográfica dos povos de Angola (1.ª parte). In *Angolana, Revista Olhares, Sociais*, 5 (9). <https://doi.org/10.4000/mulemba.473>

Durkheim, E. (1893).(first Pub.1984). *The Division Of Labor in Society*. London. Macmillan.

Dewey, J. & Teixeira, A. (2010). *A pedagogia de Dewey Por Anísio Texeira: A Educação Como Reconstrução da Experiência*. Editora Massangana.

Engels, F. (1884). (9ª Ed.) *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Prefácio à Edição Brasileira. Civilização Brasileira.

Estratégia de Combate à Pobreza - Reinserção Social, Reabilitação e Reconstrução e Estabilização Económica, Ministério do Planeamento de Angola, Fev. 2004. <https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/mdmz/~edisp/minfin033824.pdf>

Faco, V. M. G. (2007). *Famílias de zona rural e urbana: características e concepções de*



adolescentes. Bauru, (2007) 130 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem). Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Ferrari, M.; Kaloustian, S. M. Introdução. In: Kaloustian, S. M. (Org.) *Família brasileira, a base de tudo* (p.11-5). (6.ª Ed.). São Paulo. Brasília, DF, Unicef, p.11-5, 2004.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. (Paulo Freire, 1998 Cit. Teodoro, 1999, p. 479).

Gonçalves, D. N., Furtado, E., & Moura, E. M. (2019). *Livro Sociologia da Educação*. (3ª Edição). Universidade Estadual do Ceará - UECE. Brasil. <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/554289>

Jornal de Angola (2014). A família em Angola e o seu papel na formação das pessoas. <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/index.php?tipo=1>. (n.d.). *Jornal de Angola - Notícias - Relação familiar é melhor com estabilidade*.

Lasch, C. (1991) *Refúgio num mundo sem coração: a família: santuário ou instituição sitiada*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

Lei N.º 32/20 do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação: *Lei Bases do Sistema de Educação e Ensino* (2020). Diário da República n.º 123, Série I de 12-08-2020. Luanda: Imprensa Nacional.

Lei 18/21 da Assembleia Nacional: *Lei de Revisão Constitucional Primeira Revisão/2021* (2021). Diário da República n.º 154, Série I de 16-08-2021. Luanda: Imprensa Nacional.

Lei n.º 1/88 da Assembleia Povo: *Código da Família* (1988). Diário da República n.º 8, Série I de 20-2-1988. Luanda: Imprensa Nacional.

Lourau, R. A. (1996) *Análise Institucional*. Petrópolis. Editora Vozes.

Magno, A. (2007). *Impacto Da Relação Entre Família E Escola No Desempenho Criador De Currículo*. <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/impacto-relacao-entre-familia-escola-no-desempenho-academico-aluno.htm>

Mendes, J. Manuel., & Seixal, A. Maria. (2003). Família e Desigualdade 19-4. *Educação e Sociedade*, 19, pp. 103–129.



Ministério da Economia e Planeamento. (2018). *Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022*. <https://dialogosue-angola.org/wp-content/uploads/2021/04/PDN-Angola-2018-2022.pdf>

Minuchin, P. (1985). *Families and individual development: provocations from the field of family therapy*. Child Development, V. 56, pp. 289-302.

Nogueira, M.A. & Nogueira, C.M. M. (2009), 3ª Ed. *Bourdieu & a Educação*. Col. Pensadores & Educação, Vol. 4, Belo Horizonte, Editora Autêntica. https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=Kqac1hkZCNUC&oi=fnd&pg=PA17&dq=Nogueira.+%26+Nogueira,+2004+%2B+bourdie&ots=ajCrJutDEo&sig=k0I3MKjkm-MkbVPz-sQBgFDSC6Q&redir_esc=y#v=onepage&q=Nogueira.%20%26%20Nogueira%2C%202004%20%2B%20bourdie&f=false

Noronha, M. M. S., & Parron, S. F. (2015). A evolução do conceito de Família. In *Psic. Rev*, 24(2), 1–21. http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170602115104.pdf

Nóvoa, A. (1992). A "Educação Nacional". In F. Rosas (Coord.). Portugal e o Estado Novo (1930-1960) In A. H. Marques & J. Serrão (Dir.). Nova História de Portugal – vol. XII). Lisboa: Editorial Presença, pp. 454-519 e 538-542.

Pereira Costa, A. A. (2023). Impacto das Desigualdades Sociais e Económicas e Concentração de Renda para o Sucesso da Educação. In *Revista Científica Acertte - ISSN 2763-8928*, 3(3), e33130. <https://doi.org/10.47820/acertte.v3i3.130>

Perez, M. C. A. (2012). Infância e escolarização: discutindo a relação família, escola e as especificidades da infância na escola. In *Revista Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, V. 8, n.º 12, jan./jun. <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/684>.

Piketty, T. (2015). (Trad. André Telles). *A economia da desigualdade*. Paris, Éditions La Découverte.

[file:///Users/martavieira/Downloads/Thomas_Piketty%20A_economia_da_desigualdad e.pdf](file:///Users/martavieira/Downloads/Thomas_Piketty%20A_economia_da_desigualdad_e.pdf)

Pitombeira, D. F. & de Oliveira, L. C. (2020). Poverty and social inequality: Tensions between rights and austerity and its implications for primary healthcare. In *Ciência e Saúde Coletiva*, 25(5), 1699–1708. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33972019>



Ramos, D. M. dos, Nascimento, V. G. do. (2008b). A família como instituição moderna. *Fractal: Revista de Psicologia*, 20(2), pp. 461–472. <https://doi.org/10.1590/s1984-02922008000200012>

Ricardo Perligeiro Mendes da Silva. (1998). Teoria da Justiça de John Rawls. In *Revista de informação legislativa*, v. 35, n. 138, pp. 193-212, abr./jun. 1998. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/377>

Santos, D. (2015). Encontro entre pobreza e moral em Luanda. Urbanização, direitos e violência. In *Sociedade e Estado*, 30 (1), Jan-April, 2015, pp. 99–122. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922015000100007>

Silva, C. E. da. (2005). *História e Desenvolvimento do Conceito de Família*. [https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/8393/1/Celio PDF.pdf](https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/8393/1/Celio%20PDF.pdf)

Silva, E. A. (2017), Educação, Gestão Escolar e Projecto Educativo, in *Educação e Desenvolvimento Local*. 1º Fórum Provincial da Educação da Huila. ECO7 Investimentos, Lda.

Souza, A. P. Silva, A. L. Andrade, L.B.P., Rodrigues, R. M. (1985). *Famílias e Direito: O Acesso à Justiça Através do Projeto Orientação Sociojurídica Itinerante*. Universidade Estadual Paulista. https://www.franca.unesp.br/Home/stae/eixo1_005.pdf

Souto, C. (1985) *A explicação sociológica: uma introdução à Sociologia*. São Paulo: EPU.

Teodoro, A. N. D. (1999). *A Construção Social das Políticas Educativas: Estado, Educação e Mudança Social no Portugal Contemporâneo*. Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa. Repositório Universidade Nova. <http://hdl.handle.net/10362/331>

World Bank. 2019. *Ending Learning Poverty: What Will It Take? [Acabando com a Pobreza de Aprendizagem: O Que Será Necessário?]* World Bank, Washington, DC. World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/1ef8a794-710b-584e-a540-a3923ad7ea90/content>

Weber, M. 1864-1920, Pierucci, A. F. & Macedo, J. M. M. (2004). *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Companhia das Letras.



Yoba, C. P. Cláver, Participação da família e da escola na educação dos jovens, In *Revista Construção Psicopedagógica*, 26 (27): pp. 13-20.

Young, Michael, F. D. Para que servem as escolas? *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 101, pp. 1287-1302, 2007. <http://cedes.unicamp.br>

UNESCO (2016). *Repensar a educação: rumo a um bem comum mundial*, Brasília, publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Paris. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244670>

UNICEF, 2019, Orçamento Geral do Estado. <https://www.unicef.org/esa/media/5856/file/UNICEF-Angola-2019-Education-Budget-Brief.pdf>

UNICEF, 2019, *Programa de Educação do UNICEF Angola*. <https://www.unicef.org/angola/educacao>

Recebido em 12 de Janeiro de 2024
Aceite em 3 de Maio de 2024



Este artigo está licenciado sob a licença: [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Ao submeter o manuscrito o autor está ciente de que os direitos de autor passam para a Revista Científica de Estudos Multidisciplinares do Planalto Central.